



13^a REUNIÃO REGIONAL SUDESTE ANPEd

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, LAICA E
GRATUITA: POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

2633 - Trabalho Completo - 13a Reunião Científica Regional da ANPEd-Sudeste (2018)
GT 10 - Alfabetização, Leitura e Escrita

APROPRIAÇÃO DA LEITURA E ESCRITA DOS ALUNOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA
Hadassa da Costa Santiago Bremenkamp - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo
Renata Duarte Simões - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo

O presente trabalho busca compreender o desenvolvimento dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) em três turmas do 3º ano do Ensino Fundamental, no que se refere à apropriação da leitura e escrita. O estudo foi realizado em uma escola municipal de Cariacica-ES, sendo realizada entrevista com três professoras e a pedagoga da referida escola. Além disso, foi realizada análise documental a partir das fichas de avaliação dos alunos beneficiários, referentes ao término do 3º ano. A partir de autores que discutem a estrutura social da pobreza e suas consequências na sociedade como um todo, entendemos que as pessoas pobres não são responsáveis por sua situação, pelo contrário, são vítimas de um sistema capitalista que impõe a desigualdade social. Foi possível concluir que a condicionalidade educação, estabelecida pelo PBF, amplia as possibilidades dos alunos beneficiários terem acesso à educação proporcionada pela escola, possibilitando melhores condições de vida para que haja maior desenvolvimento no aprendizado dos alunos.

Palavras-chave: Leitura e escrita; Pobreza; Programa Bolsa Família.

APROPRIAÇÃO DA LEITURA E ESCRITA DOS ALUNOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Resumo

O presente trabalho busca compreender o desenvolvimento dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) em três turmas do 3º ano do Ensino Fundamental, no que se refere à apropriação da leitura e escrita. O estudo foi realizado em uma escola municipal de Cariacica-ES, sendo realizada entrevista com três professoras e a pedagoga da referida escola. Além disso, foi realizada análise documental a partir das fichas de avaliação dos alunos beneficiários, referentes ao término do 3º ano. A partir de autores que discutem a estrutura social da pobreza e suas consequências na sociedade como um todo, entendemos que as pessoas pobres não são responsáveis por sua situação, pelo contrário, são vítimas de um sistema capitalista que impõe a desigualdade social. Foi possível concluir que a condicionalidade educação, estabelecida pelo PBF, amplia as possibilidades dos alunos beneficiários terem acesso à educação proporcionada pela escola, possibilitando melhores condições de vida para que haja maior desenvolvimento no aprendizado dos alunos.

Palavras-chave: Leitura e escrita; Pobreza; Programa Bolsa Família.

Introdução

A desigualdade social tem sido cada vez mais intensa na sociedade e nas relações que a constituem. No entanto, não pode ser legitimada uma visão moralizante da pobreza, pelo contrário, é fundamental que se compreendam as relações históricas e sociais que a envolvem, bem como dos sujeitos que a vivenciam.

Duarte (2013) auxilia a compreender a pobreza a partir da abordagem socialista, contribuindo para a discussão acerca da oposição de classes e sociedade capitalista, sendo o proletariado a classe trabalhadora, polo oposto do capital, com

sua força de trabalho explorada e que vive distante dos lucros das grandes empresas.

A compreensão socialista da pobreza parte, especialmente, de Marx e Engels (2005 e 2009): a pobreza como inexorável na sociedade capitalista, fruto da dinâmica de produção que opõe capital e trabalho. Ao ilustrar a lei geral da acumulação, Marx (2006) demonstra que o proletariado vai, a cada período, sendo mais explorado e menos remunerado por seu trabalho. Tal fato faz com que proliferem, no seio da sociedade, camadas miseravelmente pagas que vivem em situação de pobreza e miséria (MARX, 2006 apud DUARTE, 2013, p. 71).

Em contrapartida, na Constituição Federal, constata-se o reconhecimento do Estado como responsável em assegurar direitos a toda a população, incluindo esforços para enfrentar a pobreza, reduzindo, assim, as desigualdades sociais, conforme inciso III do seu artigo 3º: “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais” (BRASIL, 1988).

Nessa direção, destaca-se a educação como uma das vias reconhecidamente possíveis no sentido de ampliar o acesso aos conhecimentos produzidos historicamente, possibilitando maiores condições de luta e superação da pobreza e da desigualdade social.

A escola tem o importante papel de prover aos alunos apropriação da cultura e da ciência acumuladas historicamente, compreendendo tais elementos como:

[...] condição para [o] desenvolvimento cognitivo, afetivo e moral [dos alunos], e torná-los aptos à reorganização crítica de tal cultura. Nessa condição, a escola é uma das mais importantes instâncias de democratização social e de promoção da inclusão social, desde que atenda à sua tarefa básica: a atividade de aprendizagem dos alunos. Tal aprendizagem não é algo natural que funciona independentemente do ensino e da pedagogia. As mudanças no modo de ser e de agir decorrentes de aprendizagem dependem de mediação do outro pela linguagem, formando dispositivos internos orientadores da personalidade (LIBÂNEO, 2012, p. 26).

Todavia, não basta que seja apenas proporcionado o acesso à educação, mas que seja uma educação de qualidade e que, de fato, possibilite o sucesso escolar desses sujeitos. Duarte (2013, p. 69) afirma haver “[...] tentativas estruturais de mudar a educação de direito liberal individual em direito social inalienável: o direito à educação (acesso) acompanhada do direito de aprender (permanência e sucesso)”.

Portanto, reconhecendo a escola como local privilegiado de aprendizado e reconhecendo a alfabetização como importante conhecimento cultural que amplia as possibilidades de atuação na sociedade, enfatizamos a importância de todos os alunos terem acesso a alfabetização de forma plena, que possibilite o desenvolvimento humano integral, conforme defende Gontijo (2005, p. 66):

A meu ver, a questão central está na necessidade de construção de um conceito aberto; portanto, capaz de abranger as diferentes práticas de produção de textos orais e escritos e as diferentes possibilidades de leitura produzidas e reproduzidas pelos diversos grupos sociais e a dimensão linguística da alfabetização. Nesse sentido, a alfabetização deve ser vista como prática sociocultural em que se desenvolvem as capacidades de produção de textos orais e escritos, de leitura e a compreensão das relações entre sons e letras.

Compreendendo a escola como instância necessária de formação crítica dos sujeitos para superação de condições sociais impostas, reconhecemos a importância de políticas públicas, como o Programa Bolsa Família que visa proporcionar melhores condições de vida às famílias pobres e extremamente pobres, pois, sendo um programa de transferência de renda condicionada, institui determinadas condicionalidades visando proporcionar o acesso a direitos básicos como educação, saúde e assistência social.

Com base em tais apontamentos, objetivamos analisar o desenvolvimento dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) no que se refere à apropriação da leitura e escrita, procurando entender como a condicionalidade educação contribui no desenvolvimento do aprendizado dos alunos. Nesta pesquisa, o foco se dá no final do 3º ano do Ensino Fundamental por se tratar do encerramento do ciclo de alfabetização, portanto, quando as crianças já devem ter concluído o aprendizado desse importante recurso de comunicação social e exercício da cidadania.

Metodologia

Para aproximação do objeto central desse estudo, realizamos uma pesquisa qualitativa a partir de uma entrevista coletiva não-estruturada e análise documental das fichas avaliativas, referentes ao desempenho das crianças beneficiárias do PBF ao final do 3º ano do ensino fundamental. A escola em que a pesquisa foi realizada está localizada no município de Cariacica-ES e possui uma boa estrutura física, proporcionando condições de trabalho adequadas para a realização dos trabalhos nela realizados.

Vale ressaltar que, apesar do foco desse trabalho ser o desempenho dos alunos ao final do 3º ano, correspondente ao encerramento do ciclo de alfabetização, as entrevistas foram realizadas no período inicial do ano letivo seguinte, quando os alunos já estavam no 4º ano, em função da disponibilidade tempo-espacial da escola, das professoras e dos estudantes.

A entrevista foi realizada coletivamente de forma não-estruturada, onde foi possível estabelecer maior liberdade na condução da conversa. Foi possibilitado esse momento de entrevista com as três professoras regentes do 4º ano e a

pedagoga responsável pelas turmas na biblioteca da escola, que foi gravada e posteriormente transcrita para melhor análise.

A análise documental se deu em um segundo momento, a partir da disponibilização das fichas avaliativas anexas às matrículas de cada aluno beneficiário do PBF do 3º ano das três turmas existentes na escola, sendo de fundamental importância para nos aproximarmos da realidade exposta pelas professoras. As fichas avaliativas eram compostas por diversos eixos que orientavam a avaliação da alfabetização e matemática, mas, devido à especificidade deste trabalho, foram analisadas apenas as avaliações referentes à alfabetização.

Para possibilitar a tabulação dos dados, inicialmente, foram tomadas notas na própria escola e, em um segundo momento, os resultados foram transcritos para uma planilha de Excel, em que recriamos a ficha de avaliação, com seus respectivos resultados, para melhor visualização de cada criança. Em um terceiro momento, calculamos a porcentagem dos resultados obtidos de cada criança nos diversos aspectos que detalhavam a apropriação da alfabetização e, a partir da soma desses valores, foi possível chegarmos a um valor percentual que cada criança alcançou, no decorrer do ano, para cada eixo da alfabetização.

Como fundamentação teórico-metodológica, recorremos ao Materialismo histórico-dialético, que, segundo Marx (2008, p. 258):

[...] elaboraria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais estrita chegaria analiticamente, cada vez mais, a conceitos mais simples; do concreto representado chegaria a abstrações cada vez mais tênues, até alcançar determinações mais simples. Chegado a esse ponto, teria que voltar a fazer a viagem de modo inverso [...] mas dessa vez não como uma representação caótica de um todo, porém com uma rica totalidade de determinações e relações diversas.

Saviani (2011, p. 119, 120) afirma que a aplicação desse método na educação “[...] procura compreender e explicar o todo desse processo, abrangendo desde a forma como são produzidas as relações sociais e suas condições de existência até a inserção da educação nesse processo”.

O desempenho da leitura e escrita dos alunos beneficiários do PBF

Além da permanência na escola, o desempenho das crianças também tem sido alvo de muitas pesquisas. Apesar do desempenho nacional dos alunos beneficiários do PBF ser menor nos primeiros anos da educação básica, Alves, Fernandes e Viana (2014, p. 58) revelam que “coadunando com a literatura internacional, os efeitos são mais pronunciados no Ensino Médio [...] o que parece se tratar de uma melhora contínua, ou seja, quanto mais o aluno avança no sistema educacional, melhor rendimento ele tem”.

Acerca do desempenho das crianças na escola analisada, a entrevista nos permitiu observar que alguns alunos beneficiários tiveram ótimos resultados, destacando-se dos demais alunos da turma no que se refere à leitura e à escrita. Todavia, constatamos uma visão divergente e confusa sobre a função do Programa, pois apenas duas das entrevistadas entendiam que o PBF poderia influenciar nos processos de ensino-aprendizagem, na medida em que poderia possibilitar melhores condições de alimentação, saúde e educação. As outras duas professoras afirmavam não haver qualquer influência do Programa no percurso escolar dos alunos e, apesar de considerarem a utilidade do recurso para a compra de material escolar, afirmaram nem sempre ser usado para esse fim. Observa-se, então, que a função do PBF não é clara para alguns profissionais.

É fundamental que os profissionais da educação tenham clareza de que a principal função da escola é garantir os processos pedagógicos de qualidade, todavia, não se pode ignorar os demais direitos. O PBF vem na perspectiva de possibilitar, minimamente, alguns direitos essenciais para garantia da vida, que vão além da compra de materiais escolares. O direito à educação deve:

[...] ser o grande organizador das atividades de ensino no espaço e no tempo escolar, mas os demais direitos não podem ser descuidados ou negligenciados, pois, caso contrário, o processo educativo não acontece, não tem lugar, acontece de maneira parcial e às vezes até contraproducente (YANNOULAS, ASSIS, FERREIRA, 2012, p. 349).

Compreendemos que uma criança que vive em condições de pobreza pode até apresentar resultados satisfatórios em relação aos processos de ensino-aprendizagem, todavia, entendemos que, assim como dito na entrevista, uma criança que se encontra com fome, com problemas de saúde e emocional, encontrará dificuldades no aprendizado. E, nessa perspectiva, entendemos que o PBF possibilita condições mínimas para redução de alguns fatores negativos que interferem na aprendizagem das crianças beneficiárias.

A partir das fichas de avaliação dos alunos ao final do 3º ano, disponibilizadas para análise, foi feito um levantamento do desempenho dos alunos beneficiários ao final do ciclo de alfabetização. As fichas possuíam aspectos relacionados a todas as disciplinas, mas, devido à especificidade deste trabalho, nos detivemos à análise da língua portuguesa.

Essa ficha de avaliação descritiva envolve seis eixos de avaliação, sendo eles: 1) análise linguística: apropriação do sistema da escrita alfabética; 2) compreensão de convenções ortográficas regulares diretas e contextuais; 3) leitura; 4) produção de textos escritos; 5) oralidade e; 6) análise linguística: discursividade, textualidade e normatividade.

Em cada um desses eixos há vários aspectos que detalhavam o processo de aprendizado que o aluno deveria desenvolver e cabia ao professor avaliar se o aluno alcançou determinado aprendizado, indicando nos seguintes níveis: Sim (S), Parcialmente (P) e Não (N). Foram coletados os dados de 21 crianças, sendo sete de uma turma, nove de outra

e cinco crianças da terceira turma analisada.

Apesar de parecer haver algumas padronizações diante da variação de detalhes no que se refere à avaliação da apropriação da leitura e escrita, acreditamos que esses dados nos apresentam a realidade acerca do desempenho dos alunos beneficiários do PBF, afinal, o nível “Não (N)” é aplicado com cuidado e cautela, não alcançando o 100% na avaliação de nenhuma criança.

Nessa perspectiva, podemos concluir que a maioria dos alunos beneficiários, 58,92%, chegaram ao início do 3º ano com o aprendizado da leitura e escrita parcialmente alcançados, 22,67% já haviam alcançado plenamente e 18,39% dos alunos ainda não haviam alcançado alguns dos conhecimentos necessários para o desenvolvimento da alfabetização. No decorrer do ano, mostra-se, cada vez mais, um aumento dos resultados nos níveis “parcialmente” e “sim”, havendo a diminuição do nível “não”. Já no mês de agosto e seguindo até dezembro, não há nenhuma criança beneficiária que não tenha alcançado, mesmo que parcialmente, um dos aspectos importantes para a sua alfabetização.

Ao final do ano, no mês de dezembro, a maioria das crianças alcançou o nível “Sim (S)” na avaliação da leitura e escrita, atingindo o valor percentual de 79,24%. Enquanto isso, 20,75% das crianças atingiram parcialmente os aspectos necessários ao desenvolvimento da alfabetização.

A partir desses resultados, podemos refletir que as condicionalidades do PBF são importantes, pois proporcionam aos beneficiários um incentivo para, mesmo em meio a dificuldades encontradas pela população empobrecida, permanecerem na escola. Sobre a condicionalidade educação, Cararo (2015, p. 153) afirma que tal política apresenta efeitos positivos no percurso escolar:

[...] apresentando uma diminuição na desigualdade educacional destes alunos, comparados ao restante dos alunos de escola pública, ajudando na diminuição do ciclo intergeracional da pobreza e diminuindo as desvantagens que essa condição gera no percurso escolar dessas crianças.

Apesar do resultado satisfatório encontrado nesta pesquisa, dentre as 21 crianças analisadas, encontramos o caso de três reprovações. Sobre esses alunos, foram registradas algumas considerações em suas fichas, como, por exemplo: “o aluno apresenta dificuldade de aprendizagem”; “a criança é dispersa, distrai por qualquer natureza”.

Compreendemos que algumas crianças são rotuladas e naturalizadas a partir de características que muitas vezes não lhes representam, afinal, temos visto, no decorrer deste trabalho, que se trata de uma relação complexa de fatores que perpassam a pobreza e a vida desses sujeitos que a vivenciam, podendo refletir também no aprendizado.

As políticas públicas, as escolas, os cursos de formação de professores e os profissionais que atuam na educação precisam desenvolver a sensibilidade para entender as questões inerentes à pobreza e suas possíveis influências na vida dos alunos empobrecidos que se fazem presentes nas escolas. E, assim, proporcionar uma formação crítica a esses alunos, de modo que eles compreendam a sua condição social e desenvolvam uma consciência crítica frente às desigualdades sociais impostas no sistema vigente.

Considerações finais

Por meio da presente pesquisa, podemos afirmar que há uma estreita relação entre o desenvolvimento da alfabetização dos alunos beneficiários do PBF ao final do ciclo de alfabetização e a complexa rede das condições sociais que se colocam como fator determinante de cada elemento social. Os dados têm mostrado que as crianças beneficiárias do PBF estão alcançando resultados mais satisfatórios, se igualando ou até mesmo superando os resultados das crianças que não recebem o benefício.

Devido à limitação deste trabalho, não foi possível explorar aqui demais facetas dessa realidade, como, por exemplo, a escuta dessas crianças para maior compreensão da suas relações com a escola e com os processos de ensino e aprendizagem da leitura e escrita, bem como as causas de repetência que ainda se mantém, pois apesar do PBF ter garantido resultados efetivos no enfrentamento à evasão e reprovação, ainda há alunos que a têm vivenciado. E é sobre esses alunos que é necessária maior atenção das pesquisas, para compreensão dos problemas que perpassam as vivências.

Por meio das entrevistas e das análises das fichas avaliativas, concluímos que a política do PBF tem ampliado o direito à educação, possibilitando aos alunos beneficiários superar as dificuldades que a pobreza lhes impõe. A pesquisa também pode constatar que o recurso proveniente do Programa recebido por essas famílias tem possibilitado melhores condições de vida, possibilitando não apenas o acesso à educação, mas também a permanência e desenvolvimento das crianças que vivem em condição de pobreza, contribuindo na apropriação da leitura e da escrita desses sujeitos.

Referências

ALVES, C. B; FERNANDES, F. C; VIANA, I. **Ensino Básico e trajetória escolar de estudantes do Programa Bolsa Família**. In: XIMENES, D. (Org.). Resultados, avanços e desafios das condicionalidades de educação do Programa Bolsa Família. Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate – N. 18. Brasília, DF. 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_13.07.2010/>.

CARARO, M. F. **O programa mais educação e suas interfaces com outros programas sociais federais no combate à pobreza e à vulnerabilidade social: intenções e tensões.** Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2015.

DUARTE, N. S. Uma crítica da relação entre educação e pobreza. In: YANNOULAS, S. C. **Política educacional e pobreza: múltiplas abordagens para uma relação multideterminada.** Brasília: Liber Livro, 2013.

GONTIJO, C. M. M. **Alfabetização e a questão do letramento.** Cadernos de Pesquisa em Educação. Vitória/ES: PPGE/UFES, v. 11, n. 22, p. 42-69, jan./jun. 2005.

LIBÂNEO, J. **O dualismo perverso da escola pública brasileira – escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política.** Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2.ed. SP: Expressão Popular, 2008.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 11. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

YANNOULAS, S. C; ASSIS, S. G; FERREIRA, K. M. Educação e pobreza: 11miaries de um campo em (re)definição. **Revista Brasileira de Educação.** v. 17, n. 50, p. 329-351, maio-ago. 2012.